

A epidemia do racismo brasileiro e a COVID-19

Nubia dos Reis Pinto
Regina Marques de Souza Oliveira

Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, no dia 04 de maio de 2020, o então presidente da XP Investimentos, Guilherme Benchimol afirmou:

Acompanhando um pouco os nossos números, eu diria que o Brasil está bem. Nossas curvas não estão exponenciais ainda, a gente vem conseguindo achatar. Teremos uma fotografia mais clara nas próximas duas a três semanas. O pico da doença já passou, quando a gente analisa a classe média, a classe alta. O desafio é que o Brasil é um país com muita comunidade, muita favela, o que acaba dificultando o processo todo.

Uma tradução sociológica para esta declaração poderia ser: o Brasil é um país sem projeto de nação. De fato, é desafiador enfrentar uma pandemia em se tratando de inúmeras comunidades, porém, o que a existência das favelas revela? Quais representações sociais incidem sobre este contingente populacional majoritariamente negro? Seria a vulnerabilidade social vivida nos aglomerados urbanos do país um acaso ou um fenômeno?

Não temos como explicar a desigualdade se não discutirmos a história. O descaso com as populações menos favorecidas, majoritariamente negras, é um fato socialmente construído que se origina desde que as primeiras caravelas portuguesas atracaram em Porto Seguro, no ano de 1500. O projeto colonial inseriu o Brasil no contexto do modo de produção capitalista comercial, cuja finalidade primaz era a produção e a transferência de riquezas para a Europa.

A execução do plano foi culturalmente sustentada por relações de subalternidade regadas a racismo, ou seja, a crença na existência de raças humanas superiores e inferiores, e ao etnocentrismo, isto é, a ideia de superioridade cultural, dentre outras expressões de opressão. Neste projeto intitulado de moderno, o discurso civilizatório europeu, se impôs através da violência desconsiderando o direito à vida, como bem ilustra o filósofo Enrique Dussel:

Se a Modernidade tem um núcleo racional como “saída” da humanidade de um estado de imaturidade regional, provinciana, não planetária, essa mesma Modernidade, por outro lado, *ad extra*, realiza um processo irracional que se oculta a seus próprios olhos. Ou seja, por seu conteúdo secundário e negativo mítico, a “Modernidade” é justificativa de uma práxis irracional de violência. (DUSSEL, 2005, p. 30).

A iniciativa colonial mudou drasticamente a existência das comunidades nativas que aqui habitavam há mais de 30.000 anos e falavam mais de 1300 línguas. Guerras, doenças e fugas destruíram inúmeros povos que foram destituídos, “de todos os seus direitos sobre a terra, de seus ancestrais e de seus direitos humanos e transformados em força animal de trabalho. Sendo escravizados os índios eram obrigados a trabalhar sem remuneração” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 16).

Como o projeto de escravização indígena em larga escala não logrou êxito, o segundo plano foi a escravização de africanos. Ao longo de 350 anos mais de 4 milhões de pessoas foram destruídas pela colonização. Esta população foi transformada em mercadoria e considerada como máquina animal a ser utilizada para fins do enriquecimento ilícito europeu.

Desde a captura, os cativos eram submetidos a condições precárias de vida, marcadas por diversos tipos de violência. Eram separados de suas famílias, seus nomes eram trocados, não podiam aprender a ler e escrever, trabalhavam à exaustão, mães eram separadas de seus filhos e mulheres eram continuamente estupradas. Todavia, estas violências suscitaram resistências à desumanização.

O protagonismo negro africano brasileiro era deveras insurgente. Embora a “Lei Áurea” tenha sido historiada como produto da princesa imperial regente no Brasil, revoluções quilombolas por todos os lados na geografia brasileira e também em todos os territórios das Américas de Norte a Sul desestabilizaram impérios e monarquias (MOURA, 1988). Quilombos como o de Palmares representavam uma ameaça à colonialidade no Brasil, pois eram organizados como uma verdadeira República Democrática com dignidade para todos fossem negros, indígenas ou brancos pobres.

Este cenário de rebeliões internas associado ao contexto do capitalismo europeu minou as bases da escravidão no século XIX. A necessidade de mercados consumidores, de escoar a produção pelas vias do trabalho assalariado e de expandir o desenvolvimento da era industrial fez com que a Inglaterra – contraditoriamente, o país

que mais transportou a mercadoria humana no comércio transatlântico - proibisse o tráfico de escravizados a partir de 1845.

Entretanto, mesmo com a supressão da servidão em 1888 e com a revolução político-jurídico republicana de 1889, não ocorreu uma mudança na estrutura socioeconômica do país, ficando este semelhante a um regime de castas. De forma que, os brancos e a 'gente de cor', continuaram praticamente nas mesmas posições que ocupavam no passado. Segundo Fernandes: “em nome de uma igualdade perfeita no futuro, se acorrenta o 'homem de cor' aos grilhões invisíveis do seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna” (FERNANDES, 1978, p. 197).

A despeito da adesão de membros das elites à campanha abolicionista não existia um projeto de democratização ampla para a sociedade brasileira. De acordo com Maringoni: “o que estava em jogo para a elite branca não era uma reforma social, por isso mesmo a abolição ficou restrita à libertação, sem medidas, como reforma agrária, ampliação do mercado de trabalho, acesso à educação, saúde” (MARINGONI, 2011, p. 5).

É importante ressaltar que, a maior parte dos membros das elites que pregavam a abolição tinha em mente que a superioridade da raça branca seria constitutiva do progresso. Outro dado que atesta os paradoxos de uma sociedade que se dizia republicana, mas que alimentava o racismo, era o fato dos setores dominantes da época considerarem que, por ter um contingente expressivo de negros e índios em sua população, o Brasil seria um país atrasado.

Decorre disto a iniciativa da abertura dos portos brasileiros à imigração de europeus. Com o advento da industrialização, que iniciou principalmente em São Paulo, entre 1886 e 1914, três milhões de italianos, espanhóis, portugueses, alemães e, posteriormente, japoneses vieram para o Brasil, sob o pressuposto de que estes, além de serem mais aptos ao trabalho livre do que os negros, promoveriam um embranquecimento da população. Os recém-libertos não eram considerados como aptos a exercerem quaisquer atividades que não as que desempenhavam antes na condição de escravos.

O resultado dessa exclusão foi a formação de grandes bolsões de pobreza no pós-abolição, devido ao abandono social de milhares de pessoas, que passaram a se aglomerar nos centros urbanos, em casebres nos moldes das Senzalas que deram origem às favelas. Desenvolve-se assim um processo de modernização conservadora, no qual o

país passa a investir na industrialização, na valorização das áreas urbanas, no desenvolvimento do comércio, ao passo que, manteve padrões de racismo e exclusão.

Não seria simplista afirmar que é este o cenário que perpassa todo o século XX e adentra o século XXI de igual modo, afinal não ocorreram alterações significativas nas estatísticas acerca da cor da pobreza no país. A população negra aparece sobre representada nas posições que indicam a vulnerabilidade social, ao passo que consta sub-representada nos espaços de prestígio.

A segregação socioeconômica revela que o Brasil se desenvolveu historicamente sob o crivo de uma sistemática hierarquia racial. Segundo o informativo "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil", divulgado em novembro de 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os brancos representavam 70% dos que possuíam os maiores rendimentos, enquanto os negros somavam 27,7%. Quando observados os menores rendimentos, os negros compunham 75,2% deste contingente, enquanto os brancos representavam apenas 23,7% (IBGE, 2019).

Para além das estatísticas, as desigualdades se transmutam em sofrimento psíquico a partir do significado da escassez de renda. As defasagens do acesso a direitos básicos como educação, alimentação, saúde, moradia e emprego, são componentes estruturantes para as boas condições de saúde integral de qualquer população, conforme as prerrogativas atuais da Organização Mundial de Saúde, que a define como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1976). Assim, dado o contexto das desigualdades raciais no Brasil, os danos à saúde mental, ainda que por vezes não considerados, compõem a existência da maior parte da população negra.

A lógica do capitalismo que estruturou a sociedade escravista a partir do colonialismo nas Américas, mas também na África e parte da Ásia, moldou as condições de valores sobre as vidas humanas: as válidas e as não válidas. Tal configuração, ainda operante na contemporaneidade em bases francamente liberais e neoliberais, as populações não-brancas, foram preteridas e desconsideradas como participantes da vida social digna.

Na ordem deste mundo movido por moedas, em que corpos humanos são tratados como sub-humanos em pleno século XXI, as considerações mundiais a estes segmentos permanecem inalteradas na visão hegemônica de europeus e norte-americanos brancos. Ao contrário de emancipar o sujeito com suas promessas de

liberdade e consumo, o encarcera no dinamismo catastrófico da máquina imperativa do lucro, que subsiste e insiste em ser cada vez maior e concentrado em poucas mãos.

Não por acaso, a atual crise sanitária se alastra no mundo, sobretudo, nos territórios da sub-humanidade, da sub-cidadania e da absurda imoralidade humana, nas favelas, nas periferias, nos bolsões da pobreza, na rua, nas habitações subnormais, nos territórios indígenas, no submundo do capital. Podemos considerar como massacre e genocídio, além do escravismo, a ausência de políticas públicas, afinal a saúde é resultante das condições de saneamento, acesso à educação e segurança, alimentação, moradia, etc., como preconiza a OMS. Por tais razões sócio-históricas, a Covid-19, enquanto pandemia, segue a lógica destas premissas globalmente vigentes na história das opressões contra os povos negros e indígenas.

A despeito disso, a atual crise sanitária evidencia a necessidade de um discurso disruptivo em relação à exploração de vidas no mundo: romper com a lógica do lucro e da barbárie é a solução para o acesso à saúde em sua forma plena. O liberalismo econômico contempla os anseios das classes altas e médias, tal como os do presidente da XP Investimentos, porém, o contingente humano é majoritariamente pobre.

A solução está pautada: é preciso aprender a investir em toda humanidade. O equilíbrio ambiental, da saúde das populações implica uma homeostase que considera necessariamente a todos, caso contrário, a base não se sustenta. Caberá então a pergunta: aprenderão eles um dia a investirem, antes de mais nada, em capital humano no sentido amplo?

A lógica da história nos mostra que a lição das lutas dos quilombos é forte, ameaça e é capaz de alterar o destino do mundo. Apostar nestas revoluções insurgentes (a exemplo dos Quilombos e Palmares) e na lógica da consciência do que venha a ser um modelo de saúde integral para a humanidade, parece ser o único caminho viável. Caso contrário, se superado a Covid-19, outras epidemias sintomatológicas típicas do universo branco da barbárie, tornarão a surgir e a se alastrar, exigindo o sacrifício aleatório de todos os corpos indistintamente.

Hoje somos nós, negros e indígenas os mais vulnerabilizados. Mas toda injúria tem seu preço, e a vingança não tarda. Mortos os filhos daqueles que nada valem, como hão de continuar a lucrar e a consumir os prazeres que o acúmulo da riqueza proporciona aos filhos das elites?

Referências

DUSSEL, Enrique. *Europa, modernidade e eurocentrismo*. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org.). Colección Sur-Sur, CLACSO. Buenos Aires, setembro 2005, pp.55-70.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Volume I. São Paulo: Editora Ática, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro, 2019, v.41, 12 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 5 maio 2020.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MOURA, Júlia. *Pico de COVID-19 nas classes altas já passou; o desafio é que o Brasil tem muita favela, diz presidente da XP*. Folha on line. São Paulo. 05 mai 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/brasil-esta-indo-bem-no-controle-do-coronavirus-e-pico-nas-classes-altas-ja-passou-diz-presidente-da-xp.shtml?>. Acesso em: 6 maio 2020.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma. Lima. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global Editora: Ação Educativa, 2006.

MARINGONI, Gilberto. *O destino dos negros no pós-abolição*. Revista do IPEA. São Paulo, ano 8. n. 458, dez. 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23. Acesso em: 5 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Documentos básicos*. 26 ed. Genebra: OMS, 1976.